

IMIGRAÇÃO JAPONESA E PRODUÇÃO DE “ENTRE-LUGARES”: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE SOBRE IDENTIDADES¹.

MARCELO ALARIO ENNES²

INTRODUÇÃO

Quem é o nipo-brasileiro? Ele não é brasileiro e não é japonês. Não é brasileiro porque suas origens são japonesas e não é japonês porque vive e/ou nasceu no Brasil. O contrário também é verdadeiro. O nipo-brasileiro é brasileiro porque vive e/ou nasceu no Brasil e também é japonês por ter nascido e/ou herdado disposições práticas e simbólicas de seu país de origem ou de seus pais e avós. Mas não é apenas isso. Esse processo só não é mais complexo porque estamos tomando como referência a nacionalidade (uma referência essencialista) baseada no nascimento em um país, com leis próprias, passado comum, idioma oficial etc. Ou seja, uma referência à nacionalidade tipicamente moderna, pré-globalização. Estamos falando de uma idéia homogeneizadora de nacionalidade (de identidade nacional) que não considera a diversidade e a desigualdade entre os indivíduos e grupos sociais que a compõem.

É essa problemática que motiva o presente artigo. Como pensar os processos sociais produtores de identidades em um contexto distinto e, alguns pontos, opostos daquele caracterizado pela idéia de nacionalidade homogeneizadora? E assim, quais são as contribuições de estudos sobre imigração para o debate sobre identidade na chamada pós-modernidade?

O estudo sobre nipo-brasileiros no município de Pereira Barreto³ foi desenvolvido como tese de doutorado⁴ e motivado pela necessidade de compreender o processo de ascensão social da colônia japonesa e sua relação com a visibilidade social que a caracteriza, não obstante representar apenas 6% da população total do município.

¹ Em memória do Sr. Paulo Ono e de Dona Maria Antonia Silva.

² Doutor em Sociologia. Professor da UFS/NEDU/Itabaiana, SE. marcelo.ennes@oi.com.br.

³ O município de Pereira Barreto está localizado na região noroeste do Estado de São Paulo e foi fundado em agosto de 1928.

⁴ ENNES, Marcelo Alario. **Nikkeis e brasileiros: O caso de Pereira Barreto**. 1998. 350 f. Tese (doutorado, área de concentração em sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

O estudo baseou-se teórica e metodologicamente no sistema conceitual de Pierre Bourdieu (1989), em particular nos conceitos de *habitus*, campo e trajetória e foi desenvolvido com base na utilização das técnicas de pesquisa qualitativa, tais como relatos de vida e depoimentos (LANG, 1996). De acordo com essas referências, procurou-se investigar não apenas os imigrantes e seus descendentes, mas também, não-nipo-brasileiros⁵ e as relações que esses grupos mantinham entre si.

Os resultados da pesquisa indicaram que o processo de ascensão social está associado, fundamentalmente, à condição como os imigrantes inseriram-se na estrutura das relações sociais no município, ou seja, como pequenos proprietários, e aos mecanismos de “solidariedade étnica” acionados e mantidos pela colônia.

Essas relações, tanto as de produção econômica, como as de solidariedade étnica, não envolveram, como é de se esperar, apenas integrantes da colônia nipo-brasileira, mas também, uma grande diversidade de indivíduos e grupos sociais de diferentes origens étnica, social, econômica e regional⁶.

Esse é o terreno onde se configurou um complexo processo de (des/re) construção de identidades caracterizado pelo questionamento das fronteiras entre o que era ser “japonês” e o que era ser “brasileiro”. Nesse campo, o estudo apontou a existência de uma dinâmica de interseção e ambivalência cultural “onde ser japonês é, ao mesmo tempo, ser brasileiro, e ser brasileiro é, igualmente, ao mesmo tempo, ser japonês.” (ENNES, 2001)

O objetivo central desse artigo é problematizar o modo como idéias contemporâneas sobre identidades, como as idéias de “fronteiras” e “entre-lugares” foram histórica e concretamente gestadas pela imigração. Para tanto, recorreu-se a alguns autores que têm discutido identidade no contexto da chamada pós-modernidade. É esse o fundamento teórico utilizado para pensar os depoimentos de moradores da cidade de Pereira Barreto. A escolha dessas duas referências teóricas, deve-se ao fato de

⁵ A expressão “não-nipo-brasileiro” é uma tentativa de não simplificar a origem dos moradores de Pereira Barreto caracterizados pela diversidade étnica, regional e cultural. A rigor, devemos, também, estar atentos aos riscos, igualmente homogeneizador, da denominação “nipo-brasileiros” já que se refere a um contingente igualmente heterogêneo e diverso. No entanto, parece ser própria das relações de alteridades o outro ser compreendido como destituído de diferenças.

⁶ Além japoneses, outros imigrantes de outras nacionalidades fizeram-se presentes no município de Pereira Barreto tais como espanhóis, italianos e sírios-libaneses.

serem os mais esclarecedores e ricos entre os depoimentos coletados durante a realização do doutorado, para os fins propostos dessa reflexão.

1. IDENTIDADES E IMIGRAÇÃO: NOVAS ABORDAGENS DE ANTIGAS QUESTÕES

O tema identidades é um dos mais recorrentes nas ciências humanas, em especial da Sociologia, e tem sido estudado por meio de diversos referenciais teóricos e conceituais. A discussão sobre identidades entre os estudos sobre imigração, também, é bastante recorrente. A razão para isso parece ser bastante óbvia, já que os processos migratórios são dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que envolvem necessariamente grupos étnicos diferentes.

Identidade e diferença são consideradas categorias opostas e complementares. Ou seja, ainda que se oponham, uma só existe em função da outra. Na prática, a identidade só é problematizada quando existe a diferença.

Historicamente, as questões relacionadas à identidade e à diferença são observadas em várias situações, como a do descobrimento, da colonização da África e Ásia e dos processos migratórios. Assim, é a diferença cultural e sua percepção que colocam a “identidade” no centro do debate sobre imigração.

Nos últimos quarenta anos, os estudos sobre identidades voltaram-se para as questões relacionadas ao gênero, etnia, orientação sexual, entre outras referências. No caso dos processos migratórios, a diferença étnica, de nacionalidade, do idioma, dos costumes e dos fenótipos dos grupos em contato, assim como a “distribuição” e as disputas de poder entre esses grupos e de seus integrantes no interior dos campos sociais, constituem a base do processo identitário.

São vários os autores que destacam a relação de interdependência entre identidade e diferença. Entre esses, há os que enfatizam que, embora interdependentes, é a diferença que dá origem à identidade.

[...] na perspectiva que venho tentando desenvolver; identidade e diferença são vistas como mutuamente determinadas. Numa visão mais radical, entretanto, seria possível dizer que [...] é a diferença que vem em primeiro lugar. Para isso seria preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo, pelo qual *tanto* a identidade, *quanto* a diferença [...] são produzidas.” (SILVA, 2000, p. 76)

No contexto do debate teórico contemporâneo, a discussão sobre identidades tem se caracterizado pelo descentramento, bem como pelas abordagens relacionais no lugar daquelas que privilegiavam identidades essencialistas.

Nessa direção, Stuart Hall aponta três grandes contextos históricos dos processos de definição identitária. O primeiro contexto refere-se ao período de afirmação do ideário liberal-iluminista, momento em que a identidade está associada a uma concepção de sujeito centrado na figura do indivíduo “soberano”, ou seja, aquele que existe independente das determinações sociais (HALL, 2002, p. 27). O segundo contexto é o da sociedade de massas. Neste período, de acordo com Hall, predomina o sujeito sociológico (HALL, 2002, p. 45). Neste momento, em razão da força homogeneizadora da sociedade de massas no campo da cultura e das identidades, o sujeito não é “mais” soberano, mas constituído por meio de interações sociais.

O terceiro contexto é o da pós-modernidade caracterizado, fundamentalmente, pela globalização e por outras dinâmicas desestabilizadoras da modernidade, como, por exemplo, - como teremos oportunidade de ver com a análise do caso de Pereira Barreto -, a imigração internacional. O processo de descentramento das identidades dos sujeitos sociais está associado à crise das ‘metas referências’ identitárias como, o socialismo, liberalismo e o nacionalismo. No campo teórico, o descentramento está associado a novos referenciais teóricos, como os desenvolvidos por Lacan, Althusser, Foucault, Saussure e pelo movimento feminista (HALL, 2002).

A idéia do descentramento das identidades ganha mais sofisticação analítica com a contribuição da noção de “entre lugares”, cunhada por Homi Bhabha (2007). Por meio dessa idéia, o autor nos faz olhar para os pontos (talvez fosse melhor falar em momentos) de articulação e interseção culturais promovidos pelo encontro de indivíduos e grupos diferentes entre si. Isto é, o mais significativo para análise dos processos identitários contemporâneos não seria o que cada uma das partes “é” fora da relação, mas o que passam a ser por meio e na relação vivenciada. Assim,

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esse ‘entre-lugares’ [...] (BHABHA, 2007, p.19-20).

A ênfase é dada à sobreposição cultural e ao deslocamento como o espaço (eu prefiro pensar em um momento) da produção das identidades.

É na emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença – que as experiências instersubjetivas e coletivas de *nação* [...], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados. (BHABHA, 2007, p. 20).

Assim, o autor propõe que tenhamos atenção naquilo que chama de “fronteiras da diferença cultural”, como o local das relações interculturais produtoras de identidades. A fronteira seria, assim, o local do consenso ou do conflito, de acordo com a dinâmica das negociações culturais e políticas colocadas em prática pelos sujeitos envolvidos

[...] Os embates de fronteira da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos; podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso. (BHABHA, 2007, p. 20-21)

A idéia de fronteira é também desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos ao analisar a identidade no contexto da pós-modernidade, em particular em Portugal. Segundo o autor, “a zona fronteiriça é uma zona híbrida, babélica, onde os contactos se pulverizam e se ordenam segundo micro-hierarquias pouco susceptíveis de globalização” (SANTOS, 1999, p. 153)⁷.

É interessante notar, no entanto, que no campo do debate sobre imigração no Brasil, as idéias de hibridismo e ambivalência cultural não são exatamente recentes. Na década de 1940, autores como Willems já as empregavam em seus estudos⁸. Nota-se que, naquele contexto, as categorias “assimilação” e “aculturação” predominavam nos estudos que se dedicavam a descrever e analisar os processos imigratórios no Brasil.

A palavra ‘ambivalência’, tal como em Willems, serve para explicar a persistência de papéis e valores relacionados à pertinência étnica, concomitante com a assimilação. (SEYFERTH, 2004, p. 19)

⁷ A tese central de Boaventura Sousa Santos na presente obra é que após o colapso da *communis* mediável, é o Estado moderno que se torna, ainda que de modo de modo não absoluto, a referência para a produção identitária (SANTOS, 1999, p. 137)

⁸ A esse respeito consultar WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1946 e, do mesmo autor, Aspectos da aculturação dos japoneses no estado de São Paulo. FFCL-USP, **Boletim**, n. 82, 1948.

A idéia de ambivalência foi, assim, empregada para ir além das interpretações unívocas de assimilação e aculturação. A crítica a essas abordagens, como se vê, é desenvolvida por Willems por meio da categoria de ambivalência, que, aliás, se aproxima do “entre-lugar” como espaço de sobreposição e interseção cultural.

Outra idéia presente em Bhabha refere-se ao processo de negociação de identidades.

A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica. (BHABHA, 2007, p. 20-21)

Essa idéia tem sido, há décadas, utilizada nos estudos sobre imigração no Brasil e, do mesmo modo, está associada a uma concepção de ambivalência das identidades. Mais recentemente, em um estudo publicado no início dos anos 2000, Jeffrey Lesser estudou o processo de inserção de imigrantes da estrutura social, econômica e política do Brasil a partir da categoria “negociação”.

Essas identidades eram múltiplas e muitas vezes contraditórias, e os símbolos disponíveis para serem usados e re-trabalhados estavam em constante fluxo. (LESSER, 2001, p. 19)

Assim, o processo de negociação de identidades aparece como estratégias individuais e coletivas acionadas por imigrantes como mecanismos de capitalização cultural e política nos campos sociais dos quais faziam parte.

O termo “negociação”, por sua vez, tem sido utilizado por autores, como o próprio Jeffrey Lesser (2001) e, também, Giralda Seyferth (2001, 2004), associado à categoria de “etnicidade”.

As etnicidades trazidas e construídas por esses imigrantes eram situacionais, e não ‘identidades primordiais imutáveis’. Em diversos momentos, os imigrantes e seus descendentes puderam abraçar sua ‘nipocidade’ ou sua ‘libanicidade’, tanto quanto sua ‘brasilidade’. (LESSER, 2001, p. 27)

Ao destacar o aspecto situacional, Lesser chama a atenção para a dimensão mutável e relacional das identidades. Além disso, retoma a idéia de ambivalência ao se referir às etnicidades como processos de negociação das identidades que, ao contrário de cristalizarem-se como “brasileiros” ou “estrangeiros”, são acionadas de acordo com as relações e o campo social nos quais se inserem.

A etnicidade como referência à ambivalência e hibridismo das identidades está, também, presente nos estudos de Giralda Seyferth sobre alemães no Vale do Itajaí.

[...] a convivência com novas autoridades luso-brasileiras presentes na sociedade local, ou mesmo no estabelecimento de relações com pessoas ou grupos fora da área colonial germânica. No entanto, esse processo de ruptura das fronteiras étnicas é apenas aparente, e o que emerge é uma concepção identitária *teuto-brasileira* na qual a *Deutschtum* (ou germanidade) tem valor fundamental. (SEYFERTH, 2004, p. 72)

É importante observar a crítica que Seyferth faz à idéia de fronteira rígida. A convivência com indivíduos e grupos de origens étnicas não representa uma ruptura com a “germanidade”, mas um rearranjo de modo a contemplar, ao mesmo tempo, elementos das identidades dos grupos com os quais os teuto-brasileiros relacionam-se.

Como se vê, a idéia de “entre lugar” pensada por Bhabha, em sua análise sobre narrativas de migrantes, não representa, quando considerada a trajetória de estudos sobre imigração no Brasil, uma novidade. Não obstante, podemos tomá-la como a afirmação de uma perspectiva analítica para apreender e analisar processos identitários que envolvem imigrantes, seus descendentes e brasileiros.

2. A Imigração e a produção de identidades

No Brasil, o fluxo imigratório concentrou-se entre 1880 e 1930 e, de um modo geral, foi estimulado, no caso da região Sudeste, pela expansão cafeeira. Além disso, a imigração de trabalhadores europeus era justificada pelo projeto eugênico⁹ de branqueamento da população brasileira.

A imigração japonesa para o Brasil teve início em 1908 e, como a maioria dos demais imigrantes, o destino dos japoneses era os cafezais paulistas. No entanto, a imigração japonesa no Brasil passou a contar com um elemento que a diferenciou. A partir da frustração observada entre os imigrantes que trabalhavam nas lavouras de café e da necessidade de mantê-los no Brasil, empresas de colonização

⁹ Sobre o tema “eugenia no Brasil, ver SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil : 1870 - 1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

passaram a atuar por meio da compra de grandes áreas de terra para loteá-las e depois revendê-las. No caso de Pereira Barreto, a Companhia Colonizadora do Brasil (Bratac) comprou aproximadamente 48.000 alqueires da fazenda Tietê, localizada na região noroeste paulista e dividiu-a em lotes de 10 a 30 alqueires. Esses lotes foram vendidos a imigrantes japoneses que já estavam no Brasil ou que imigravam do Japão diretamente para esse destino.

Há três momentos da história de Pereira Barreto que nos auxiliam a compreender as particularidades dos processos identitários que ali se configuraram. O primeiro refere-se ao período inicial, que vai da instalação do escritório da companhia em 1928 e da chegada dos primeiros imigrantes até 1938, quando a colônia, até então chamada de Novo Oriente (uma clara alusão ao Japão), é elevada à condição de município e, simultaneamente, passa a ser chamada de Pereira Barreto.

Nesse primeiro momento, no entanto, merece destaque a presença de brasileiros oriundos, principalmente, de Estados da região nordeste do Brasil que trabalhavam nas propriedades rurais dos imigrantes japoneses. Assim, se considerarmos a Vila de Novo Oriente como campo de forças e de lutas, observamos a hegemonia dos imigrantes, tanto no campo econômico e cultural, quanto no político e administrativo. Esse predomínio pode ser verificado, por exemplo, no fato de o idioma japonês ser o utilizado nos nomes das ruas e das placas das lojas. Do mesmo modo, a língua japonesa era a mais falada nas ruas, nas casas e nos estabelecimentos comerciais.

Os brasileiros na condição de trabalhadores e destituídos de capital cultural, por não dominarem disposições práticas e simbólicas relacionadas ao idioma e à disciplina do trabalho japonês, encontravam-se posicionados desfavoravelmente no campo social do conjunto da Vila.

É interessante perceber que, nesse momento, era a identidade japonesa a que se impunha como hegemônica. O idioma, a origem e os mecanismos de solidariedade étnica eram algumas das referências definidoras da identidade e do grupo hegemônico.

O fim desse período, como já se disse, ocorre com a elevação da então Vila Novo Oriente, do ponto de vista administrativo, à condição de município, agora, sob o nome de Pereira Barreto. A mudança de nome é um indicativo importante da

mudança da correlação de forças. O nome do recém criado município foi emprestado de Luis Pereira Barreto¹⁰. A mudança do nome da cidade veio acompanhada pelo “abrasileiramento” dos nomes das ruas, das placas dos estabelecimentos, pela instalação de um corpo administrativo municipal formado por brasileiros. O mesmo ocorreu com a direção da escola (onde se ensinava, até então, no idioma japonês) e da agência dos Correios. Não se pode deixar de destacar que essa profunda mudança nos campos de forças é a tradução de um intenso processo de descapitalização cultural e simbólico operado a partir da redefinição política no âmbito do governo federal com a instalação da Ditadura do Estado Novo. Essa nova fase do governo Vargas no Brasil destacar-se-ia pelo intenso debate político sobre a identidade nacional. Desse modo, a redefinição da correlação de forças no município está intimamente ligada ao processo de redefinição de forças também no âmbito do governo federal.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial trouxe repercussões para o campo de lutas entre imigrantes japoneses e brasileiros. Nesse período, o controle institucional por brasileiros se aprofunda e o até então perigo de “enquistamento” transforma-se em perigo de espionagem. Na realidade, podemos entender essa nova fase como um novo momento, em que a presença e a (diferença)identidade japonesa passou a ser considerado um risco ainda maior. Foi durante o período da Guerra que a colônia de Pereira Barreto começou a sofrer o processo de “esvaziamento”. Para isso, contribuíram o fim de expectativa de retorno ao Japão¹¹.

O aumento do poder dos brasileiros pode ser verificado não apenas pelo controle político-administrativo, mas também em outros campos como, por exemplo, a administração das atividades econômicas e das relações de trabalho. No primeiro caso, destaca-se que durante a Guerra a Cooperativa Agrícola de produtores rurais japoneses foi administrada por um brasileiro. Por sua vez, nas relações de trabalho, a nacionalidade sobrepôs-se à condição de classe o que permitia que trabalhadores (não-nipo-brasileiros) denunciassem seus patrões (nipo-brasileiros) por suspeita de espionagem.

¹⁰ Luis Pereira Barreto foi um importante representante do positivismo no Brasil na passagem do século XIX para o Século XX. Foi proprietário rural, médico sanitaria e presidente da associação paulista de medicina.

¹¹ Ainda que o modelo de implantado com a ajuda da empresas colonizadoras fosse o de fixar definitivamente, o projeto de muitos imigrantes japoneses era de retornar ao Japão,

As duas primeiras fases indicam a existência de identidades mais centradas, em razão das diferenças étnicas, culturais e políticas estarem associadas à nacionalidade. Ou seja, ter nascimento em um país estrangeiro, e no caso do segundo período, um país estrangeiro inimigo de Guerra, era a principal e mais forte referência de demarcação das diferenças. Se considerarmos a “tipificação” de Hall, estaríamos tratando daquilo que o autor chamou de identidade sociológica. (HALL, 2002, p. 11)

A terceira fase é a mais longa. Tem início com o fim da Guerra e se estende até meados da década de 1990, momento em que o trabalho de pesquisa para o desenvolvimento da tese foi realizado.

De um modo geral, nesses quase cinquenta anos, as relações entre imigrantes japoneses, seus descendentes e brasileiros de várias origens passaram por um processo de redefinição. De um lado, no campo da administração política, os nipo-brasileiros, ainda que tenham elegido em todas as legislaturas ao menos um vereador, mantiveram-se distante do controle direto do poder executivo.¹² Nos campos econômico e cultural, no entanto, a colônia manteve-se bem posicionada. No primeiro caso, o posicionamento favorável resulta do sucesso econômico de integrantes da colônia decorrentes dos mecanismos de solidariedade étnica e às disposições práticas e simbólicas, na condição de agropecuaristas, comerciantes ou profissionais liberais, ou mais recentemente, o trabalho no Japão (ENNES, 2001). No campo cultural, a colônia acumulou capital simbólico suficiente para fazer com que a cidade de Pereira Barreto viesse a ser conhecida, a despeito da pouca representatividade numérica da colônia, como cidade de japoneses. Esse capital materializa-se nas manifestações culturais, como o Bon-Odori¹³, em monumentos e na própria referência à Pereira Barreto como cidade de japoneses.

É nesse período que podemos observar mudanças significativas quanto às diferenças e às identidades entre os brasileiros. De modo geral, essas mudanças expressam diferentes maneiras de flexibilização, de desestabilização e redefinição das

¹² Na eleição municipal de 2008, um nipo-brasileiro foi eleito prefeito de Pereira Barreto. Isso aconteceu uma única vez na década de 1980. Naquela ocasião, no entanto, o prefeito eleito foi afastado de seus mandatos antes de concluí-lo.

¹³ O Bon-Odori é uma cerimônia religiosa de homenagem aos mortos. Há música e coreografias japonesas que lembram o trabalho de pescadores e agricultores no Japão rural. Em Pereira Barreto, é sempre realizado no final do mês de julho e início de agosto, mês de aniversário do município.

fronteiras simbólicas entre nipo-brasileiros e não-nipo-brasileiros. Na realidade, esse processo foi lentamente gestado. Também foi um processo desigual, não uniforme, já que algumas fronteiras foram redefinidas mais cedo, como caso de aceitação de produtores não-nipo-brasileiros na cooperativa agrícola criada e administrada por imigrantes japoneses. Outras, como o casamento interétnico, foram tardiamente flexibilizadas. Há, ainda, aquelas que permaneciam intactas, a exemplo do controle da associação cultural.

A pesquisa permitiu entrevistar alguns moradores da cidade e como a opção metodológica era por uma análise relacional procuramos ouvir representantes tanto da colônia como de moradores que dela não faziam parte. Neste artigo, recorreremos a dois informantes cujos depoimentos são bastante ilustrativos dos processos identitários que se configuram a partir do final da Segunda Guerra Mundial.

3. A produção da ambivalência e de “entre-lugares”

Seu Paulo Ono¹⁴ era Nissei, mudou-se para Pereira Barreto na década de 1960. Sua mudança para a cidade já era o prenúncio do processo de descentramento de sua identidade. De um lado, a mudança está associada a uma crise existencial causada por decepção amorosa com uma moça não-nipo-brasileira; por outro, é decorrência de uma tradição japonesa de que o filho mais velho deve assumir o cuidado com os pais, o que por sua vez, significava conviver com um pai pastor anglicano. Segundo o Sr. Paulo, seu pai

[...] sentiu muita coisa aqui na colônia. De cara, o grande problema da colônia japonesa, principalmente de seus descendentes era o problema de se integrar na sociedade brasileira. Então, o que ele fez, ele fundou a Escola Infantil de Pereira Barreto [...].

O depoimento evidencia que a preocupação do pai do Sr. Paulo era “integrar a colônia à sociedade brasileira” por meio da escola que com o tempo passou a receber filhos da classe média não-nipo-brasileira. “[...] hoje a maioria dos alunos são brasileiros filhos de juiz, delegado, comerciante, dentista e médico”.

¹⁴ O senhor Paulo Ono faleceu em 2005.

Por outro lado, devemos considerar que por ser uma escola privada, o seu “controle” era exercido pela família Ono, não obstante estar submetida à legislação educacional brasileira. Desse modo, é possível inferir que se houve a preocupação de “integração”, ela foi conduzida por meio de uma escola de “japoneses”. Do mesmo modo, revela que iniciativas de “integração” podem converter-se em espaços de produção de ambigüidades socioculturais.

Durante a pesquisa de campo, verificamos que integrantes da colônia freqüentavam tanto a Igreja Cristã quanto participam de cultos e atividades de religiões de origem japonesa. Não foram constatados, nos depoimentos, indícios de conflitos no interior da colônia em relação a essa “ambigüidade” religiosa. Isso pode ser explicado se considerarmos a plasticidade das fronteiras identitárias dos imigrantes e de seus descendentes. Isto é, segundo alguns depoimentos, havia entre os nipo-brasileiros a prática de mais de uma religião. Em muitos casos, os freqüentadores da Igreja Anglicana também praticavam religiões de origem japonesa. Esse aparente “não conflito”, no entanto, pode também ser fruto de uma disposição do *habitus* dos imigrantes em privilegiar em suas narrativas a um estranho (no caso o pesquisador) o relato sobre a coesão, ao invés de explicitar dissensões internas do grupo.

De qualquer maneira, a condição de imigrante e protestante reforçou, em vários momentos, os conflitos entre a colônia e os não-nipo-brasileiro, tal como expõe o Sr. Paulo em seu depoimento:

Aquilo marcou. É, às vezes tinha uma procissão na igreja e tinha duas igrejas na praça uma Ascensão Episcopal e a outra igreja. Então a procissão passava assim, jogavam berros ‘Oh! A igreja do capeta!’.

A procissão como momento de publicização da religiosidade do grupo de nipo-brasileiros era, também, momento de exposição das diferenças. Ocupar o espaço público representava, aos olhos dos que atacavam a procissão, uma agressão e uma ameaça às suas próprias referências identitárias. “Xingar” e agredir verbalmente pode ser, aqui, entendido como um endurecimento das fronteiras culturais e étnicas, ainda que o que foi agredido fosse um “híbrido cultural”, o que demonstra que nas relações identitárias o outro é sempre opaco e homogêneo.

A ambivalência identitária pode ser verificada em outras passagens do depoimento do Sr. Paulo. Por exemplo, quando ele relata em que no período que morou na cidade de São Paulo viveu uma crise:

É todo um conjunto, tradição e ao mesmo tempo eu acho que estava tendo um problema de identidade, sabe? Constitucionalmente quem nasceu no Brasil é brasileiro, né? E intimamente e a gente vê, é... É a tal da ética, dos costumes que são diferentes, a maneira de comportamento é diferente.

O senhor Paulo morou na capital paulista quando já era adulto. Foi em São Paulo que começou a trabalhar em uma empresa de maioria não-nipo-brasileira e viveu uma relação afetiva com uma mulher não-nikkei. Assim, observa-se por meio de sua narrativa que, se a legislação lhe outorgava a condição de brasileiro, a sua inserção nos campos do trabalho e das relações afetivas expôs suas diferenças. Essa situação teria dado origem a “uma decepção amorosa”

[...] será que é isso que eu quero? Ficar vendendo rebolo para o resto de minha vida? É, e ... também tive problema de decepção amorosa, e tal, né. Exatamente e injustamente por causa, talvez deste meu comportamento eu não aceitava certas coisas da namorada (risos)[...].

Seu Paulo deixou então em São Paulo seu emprego e sua decepção amorosa e mudou-se para Pereira Barreto para assumir o papel de primogênito da família, trabalhar numa empresa de nipo-brasileiros e casar-se com uma nipo-brasileira. Essa decisão deu início à uma trajetória que o levaria a condição de principal mediador entre a colônia e a comunidade não-nipo-brasileira. Para tanto, foi fundamental que, anos após sua chegada à Pereira Barreto, assumisse a presidência da Cooperativa Agrícola Fazenda Tietê.

À frente da cooperativa o Sr. Paulo conduziu sua a abertura para produtores não-nipo-brasileiros e à negociação das indenizações devidas à inundação de terras para a construção da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos da década de 1990. No primeiro caso, o Sr. Paulo precisou mediar com a colônia a aceitação de produtores não-nipo-brasileiros na cooperativa com a colônia. O resultado foi a decisão pela abertura:

Essa era a administração de transição e eu era o elemento de transição. Bem, aí o que acontece - vem pra cá que vai mudar, e tudo. A primeira coisa que eu fiz, foi ... antes todos cooperados cem por cento, praticamente, eram da colônia. Aí eu fui pondo os brasileiros, né? Então, hoje cinquenta por cento do corpo associativo. [...] “a cooperativa é uma boa coisa. É uma coisa necessária para a nossa

comunidade, né. A cooperativa, embora, só da colônia, é uma comunidade minoritária ela respeitada. Tinha um conceito. Aí nós fizemos uma abertura, então, pelo menos as pessoas conceituadas, que quisessem entrar, nós abrimos.”

A presença de produtores brasileiros na cooperativa, como se vê, foi chancelada primeiro pela necessidade de manter a cooperativa aberta e funcionando e, segundo, pela “seleção” dos não-nipo-brasileiros que poderiam ser cooperados. Assim, o “preço” pago pela presença de não-nipo-brasileiros era menor que o de fechar as portas, o que, por sua vez, revela a importância da cooperativa como elemento de afirmação da identidade da colônia nos campos social e econômico no município de Pereira Barreto. Tal qual a escola, a cooperativa configurou-se num espaço de negociação e ambivalência identitária.

O papel do Sr. Paulo Ono também foi central nas negociações com a Companhia Energética de São Paulo (CESP) entorno da desapropriação das terras de propriedade, em grande parte, de nipo-brasileiros que seriam alagadas com a conclusão da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos. Nesse caso, sua ação envolveu os vereadores do município (em sua grande maioria não-nipo-brasileiros) por meio dos quais conseguiu que a Câmara Municipal transformasse parte das terras em área urbana e, com isso, o aumento dos valores das indenizações.

A ambigüidade e ambivalência da identidade do Sr. Paulo pode também ser percebida em sua resposta quando perguntado sobre como se auto-identificava. De um lado, diz: “Eu me considero um brasileiro, porque eu sei que indo para o ação eles não me consideram japonês”. Mas, em outra passagem, relata: “Eu acho que eu sou papagaio. Eu acho que eu ter sido filho de pastor.” Assim, reconhece-se como brasileiro a partir da (suposta) não identificação com os japoneses no Japão. Por outro lado, ser “falante” (falante não apenas no interior da colônia, mas além dessa fronteira) e atribuir essa característica ao fato de ser filho de um pastor, revela um ‘estranhamento’ também em relação à colônia.

Como já apontamos, o trabalho de coleta de depoimentos foi orientado por uma perspectiva relacional. Isto porque estávamos interessados em apreender e refletir sobre as relações entre nipo-brasileiros e não-nipo-brasileiros. Essa opção mostrou-se mais adequada para pensar os hibridismos e ‘entre-lugares’ do que a que privilegia a análise centrada apenas em imigrantes.

Em razão dessa orientação, procuramos pensar as relações objeto de nosso estudo, também a partir de depoimentos de não-nipo-brasileiros. Nessa direção, retomamos, nesse trabalho, a narrativa de Dona Maria Antonia. O interesse por seu depoimento surgiu ao tomarmos conhecimento de que tinha sido criada por uma família japonesa. Além disso, Dona Maria Antonia¹⁵ era afro-descendente, o que acrescentava mais uma variável importante, por estarmos trabalhando com relações étnicas.

Na época em que a entrevista foi realizada, Dona Maria tinha aproximadamente 60 anos. A sua “adoção” pela família japonesa ocorreu em decorrência do fato de sua mãe, após separar-se de seu pai e deixar a cidade de origem, ter-se empregado no hotel da família japonesa. Esse é o ponto de partida de sua trajetória no interior da família Arima, da colônia japonesa e do desenvolvimento de disposições práticas e simbólicas que lhe garantiriam um lugar (que se revelaria, como veremos, um “entre lugar”) dentro da própria família e no conjunto da colônia japonesa de Pereira Barreto.

Por sorte, minha irmã e minha mãe trabalhavam na casa de uma família japonesa que era dona do primeiro hotel de Pereira Barreto que é o Hotel Municipal. Essa família japonesa também havia chegado recentemente em Pereira Barreto. Minha mãe trabalhava o dia todo no hotel e no fundo da casa no mesmo quintal tinha uma casinha, um sobradinho de pau e nós residíamos ali. Eu nesta época, provavelmente, deveria ter ... nem idade para ir a escola, era pequena deveria ter 5, 6 anos mais ou menos. E porque minha mãe e irmã ficava ali, então eu já desde pequenininha comecei também a estar ali no convívio desta família japonesa. Fui crescendo, minha mãe trabalhou muitos anos lá, minha irmã só saiu de lá depois de casada e eu fui praticamente me entrosando ali com aquela família.

É interessante notar que Dona Maria Antonia atribui à sorte o fato de sua irmã e sua mãe trabalharem para a família Arima. Esse entendimento sobre seu destino está relacionado à sua trajetória profissional e à sua posição social no conjunto da sociedade pereirabarretense. Profissionalmente, Dona Maria Antonia tornou-se professora e, posteriormente, diretora da principal escola estadual do município e diretora acadêmica de uma instituição de ensino superior em Pereira Barreto.

Aí eu passei a ser... hoje sou bem aceita tanto do lado dos japoneses quanto do lado dos nossos brasileiros que tem muito carinho por mim, muito mesmo. Mas isto eu devo a esta família japonesa, se você for fazer uma pesquisa em Pereira Barreto de quem conhece Maria

¹⁵ Dona Maria Antonia Silva faleceu em 2006.

Antonia, nossa não vai ter uma que vai falar que não conhece, dentro da colônia japonesa, todos conhecem, eu me dei muito bem.

A “adoção” de Dona Maria Antonia pela família Arima teve início com a intervenção de sua ‘mãe japonesa’ ao impedir que Dona Maria Antonia fosse enviada por seu pai para estudar em outra cidade.

Ela questionou muito meu pai e queria saber o porque ele queria me levar para Araçatuba, aí meu pai disse que ele queria me levar para que ele queria que eu continuasse estudando e fosse alguma coisa. Ela virou e falou assim: ‘não se for isto, acho que a melhor pessoa para encaminhá-la sou eu.’

Esse foi o momento decisivo na trajetória de Dona Maria Antonia, em um circuito de relações que passaria a envolver a família Arima, a colônia japonesa e os não-nipo-brasileiros. No entanto, o posicionamento de Dona Maria Antonia no conjunto de campos sociais dependeu também de uma constante atualização de disposições práticas e simbólicas.

Dona Maria Antonia foi enviada pela família Arima para estudar no município de Lins, localizado no centro do Estado de São Paulo, onde moraria com outra família japonesa. Após formar-se professora em uma escola normal, Dona Maria Antonia retornou para Pereira Barreto e voltou a trabalhar, momentaneamente, no hotel.

“[...] eu não tinha preguiça para nada, sempre fui de fazer qualquer coisa não tinha preconceito de serviço. Mesmo eu me formando em professora, lá no hotel, mesmo me formando para professora quando faltava empregado eu ia para cozinha, para fazer o que? Eu pedia ajudar a cozinhar, lavar fogão, lavar cozinha, eu não tinha essa; japonês é muito assim, japonês é muito trabalhador, muito trabalhador, sabe, dessa parte eu tive e tenho, eu gosto de trabalhar, gosto mesmo.”

Gostar de trabalhar é uma das características dos japoneses que Dona Maria Antonia dizia ter, e a qual atribuía parte da explicação para ser aceita entre os nipo-brasileiros. Outras disposições práticas e simbólicas foram lembradas ao justificar sua relação com a colônia japonesa. A sua “aceitação” traduziu-se, em vários momentos de vida, na confiança que a família Arima demonstrou. Ainda jovem, serviu de tradutora e intérprete entre os donos do hotel e seus clientes não-nipo-brasileiros. Nessa condição, gerenciava as reservas e o caixa do hotel.

Há pelo menos três outras situações bastante significativas para pensar o “entre-lugar” de Dona Maria Antonia nas relações sociais mediadas pelas diferenças

étnicas. A primeira refere-se à sua inclusão em um sistema de coleta de dinheiro característico no interior da colônia japonesa.

Então os japoneses têm aquele negócio de *'mojim'*. Eles montam um grupo que faz depósito depois tem uma vez lá que cada um é que tira. Então ele [papai-san] me chamou: 'Nenê, colônia vai abrir isto, isto e isto, então eu entrou, mamãe Sueko entrou, então eu puis Nenê. Nenê tudo bem?' ele falava. Eu falei: 'Mas como é que é papai-san?' 'É assim todo mês' Eu não me lembro quanto é que era que tinha que dar não 'eu pego com você tantos reais, tantos cruzeiros todo mês e quando a sua vez chegar a sua vez você tira o dinheiro'. Ele falava assim para mim. 'Tudo bem papai-san, se for assim então tá, eu entro'.

Como não se pode deixar de reconhecer, a confiança é recíproca, já que se trata de um mecanismo de ajuda baseada no cumprimento das obrigações das partes envolvidas. Assim, de um lado a família e a colônia japonesa confiavam que Dona Maria Antonia faria o depósito mensal e, em contrapartida, ela confiava no mecanismo, no "papai-san" e em todos da colônia que participavam do *mojim* para receber no momento certo, a quantia que lhe era devida.

Uma segunda situação esclarecedora das relações de Dona Maria Antonia com a colônia é a vivenciada em um baile em um clube da cidade:

[...] agora esse mês que teve um baile, uma visita de Agnaldo Timóteo, eu fui ao baile. Nós estávamos em vários mais ou menos 12 à 14 pessoas, uns 6 à 7 casais japoneses, com suas mulheres ali, estavam todos na mesa então em um determinado momento um deles de lá bem antigo então veio me chamar para dançar e falou assim: 'vem Maria Antonia dançar; com Maria Antonia agente não tem vergonha, porque Maria Antonia é do meio da gente mesmo [...] então terceira idade aprendendo agora [...]'

Como se vê, trata-se de um momento de reafirmação dos laços de confiança. A ausência de vergonha entre os homens nipo-brasileiros aparece associada à idéia de dançar com alguém que pertence ao grupo. Nota-se que Dona Maria Antonia era única não-nipo-brasileira no grupo e é escolhida pelos homens mais antigos da colônia manifestarem publicamente em um campo (baile em um clube não nipo-brasileiro) que não controlavam.

No entanto, ao contrário do que o relato sugere, a incorporação de Dona Maria Antonia na colônia não é completa e nem definitiva. Primeiro indicativo é a recorrência ao pronome pessoal da terceira pessoa no singular e no plural. Assim Dona Maria Antonia sempre se refere à 'ele' ou a 'eles' e nunca a 'nós', o que sugere uma

relação de alteridade com os nipo-brasileiros. Um segundo indicativo é o fato de não ter casado com um nipo-brasileiro:

A senhora não se casou com japonês?

Dona Maria Antonia: Não.

A senhora nunca namorou um...?

Dona Maria Antonia: Não, porque eu tenho é muita amizade com japoneses, mais nada de interesse; só amizade. E amigo mesmo. Nunca pensei em casar com japonês não, nunca me passou pela cabeça!

Nunca lhe passou!!

Dona Maria Antonia: Não, não!!

É interessante que apesar da incorporação de várias disposições práticas e simbólicas que lhe permitiram atravessar a fronteira da colônia e participar dos mecanismos de solidariedade étnica, fazer parte do ‘nós’ da família Arima e das gerações mais antigas da colônia, o casamento, ou mesmo o namoro, “nunca lhe passou pela cabeça”. Mais uma vez, nos deparamos com uma situação de ambivalência, de alteridade/identidade, de um ‘entre-lugar’ que não é nem o dos nipo-brasileiros e nem dos não-nipo-brasileiros quando pensados como categorias independentes e separáveis.

Vejamos, nas considerações finais, como podemos articular as informações obtidas por meio dos relatos dos dois “informantes” com a definição de ‘entre-lugares’ e a dinâmica dos processos de produção identitária marcada pela ambivalência e pelo hibridismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos destacados dos depoimentos aqui apresentados, expressam a complexidade da discussão sobre identidade. Qual a categoria mais adequada para apreender esse processo social? Como poderíamos classificá-la, se assim é possível pensar e dizer: estamos frente a sujeitos soberanos, sociológicos ou descentrados?

Parece ser difícil pensarmos esses informantes como sujeitos soberanos. Isso não apenas em razão de todo desenvolvimento teórico e conceitual que questionam os fundamentos de análises centradas na ação individual, como destituída de determinações e condicionamentos sociais, mas também da própria constatação empírica de que as identidades desses sujeitos estão profundamente associadas a vários contextos das forças entre nipo-brasileiros e não-nipo-brasileiros no interior da própria

cidade, mas também de uma redefinição de suas relações também no âmbito nacional e internacional.

A dúvida maior é dizer se estamos falando de sujeitos sociológicos ou descentrados. Para Hall, como já vimos, a definição do sujeito sociológico passa pelo reconhecimento do lugar central dos processos de interação social. Do ponto de vista da pertinência conceitual face à complexidade dos processos identitários, a categoria “sujeito sociológico” é mais adequada para se pensar a realidade dos informantes do que a “idéia de sujeito soberano”, já que o fundamento da interação social é que, o indivíduo, é constituído como ser social por meio de suas relações, daí a importância das instituições como “mecanismos” de socialização.

Ocorre, no entanto, que o “sujeito sociológico” é um fenômeno da sociedade de massas, contexto no qual predominava metas-referência identitárias como socialismos, liberalismo e nacionalismo. Se levarmos em conta a idade dos informantes da pesquisa, verificaremos que viveram em período de fragilização desses referenciais. Mesmo a questão da nacionalidade, mais clara e presente no município, já que sua origem está associada à criação de uma colônia de estrangeiros passou, principalmente, com o final da Segunda Guerra Mundial, a ser relativizada.

De qualquer maneira, não seria possível pensar as identidades como de “sujeitos sociológicos”, uma vez que os depoimentos nos permitem verificar a ausência de uma identidade centrada, seja na nacionalidade, seja na origem étnica. Isto é, a identidade entre os entrevistados só pode ser apreendida se considerarmos o conjunto de relações que mantém dentro e fora da colônia. Desse modo, não há uma única referência identitária, nem mesmo ser japonês ou ser brasileira. Dona Maria Antonia, é mulher, negra e criada por família japonesa. Seu Paulo Ono é Nissei, filho de pastor e militar. Tudo indica que a questão central parece ser a que Hall apontou sobre a impossibilidade de pensarmos as identidades no contexto da pós-modernidade de modo centrado (existência de uma identidade central e hegemônica) e substancialista, algo que seja imanente ao sujeito.

No entanto, ao recorrermos a alguns estudos sobre imigração no Brasil, notamos que a idéia de identidade nesse novo contexto não se diferencia significativamente de abordagens teóricas que orientaram pesquisas sobre tema a partir

da década de 1940. Mesmo que uma parte considerável desses estudos baseia-se nas categorias de assimilação e aculturação, deve-se observar, no entanto, que categorias como hibridismo cultural, empregadas nos dias de hoje para fazer referência ao multiculturalismo e à pluralidade étnica característicos dos processos identitários da pós-modernidade, já eram utilizados por estudiosos, como é caso ressaltado por Giralda Seyferth em relação aos estudos de Emílio Williems em seu estudo sobre imigrantes na década da 1940, que já trabalhava com as categorias de hibridismo e ambivalência cultural. Desse modo, não podemos falar que estamos tratando de fenômenos culturais e categorias analíticas novas. Mas, ao mesmo tempo, não é possível dizer que estamos falando de processos sociais idênticos a despeito do lapso de 50 anos, se considerarmos o estudo de Williems no sul do Brasil.

Mas qual seria a diferença? O estudo sobre Pereira Barreto procurou pensar as relações entre nipo-brasileiros e não-nipo-brasileiro não sob a ótica da aculturação e assimilação unilateral, mas a partir das trocas simbólicas entre os grupos. Tudo parece indicar que a diferença fundamental está nas mudanças das referências identitárias, ou melhor dizendo, nas mudanças das correlações de forças entre as referências identitárias. Isso porque se o estudo sobre as relações entre nipo-brasileiros e não nipo-brasileiros apontam para identidades menos centralizadas, isso que não significa, por exemplo, que a nacionalidade não seja ainda uma referência válida. Quer dizer, referências secundarizadas pela nacionalidade, passam agora a ter mais poder nos processos identitários. Assim, o que parece mudar é que a nacionalidade deixa de ser a única ou a mais importante referência. Parece não ser possível falar em “identidades hegemônicas”, ao contrário de outros momentos das relações entre nipo-brasileiros e não-nipo-brasileiros em Pereira Barreto e dos estudos sobre aculturação e assimilação.

O processo de descentralização das identidades, de produção dos “entre-lugares” e das identidades de fronteiras não resultam apenas de mudanças no campo das subjetividades, mas também de mudanças estruturais nos campos econômico e político nos planos global e local. A imigração, em razão das múltiplas variáveis que envolve, revela-se como processo de desestabilização das identidades centralizadas e produtora de ambivalências e entre lugares.

As trajetórias de vida do Sr. Paulo e de Dona Maria Antonia podem ser representadas por meio de um movimento de transgressão de fronteiras entre ser ou não nipo-brasileiro. Assim, com base no conjunto das reflexões aqui apresentadas nos permite avançar em relação às questões iniciais desse estudo ao afirmar que a imigração consiste em um mecanismo de produção de hibridismo, ambivalência e “entre lugares”, não apenas em relação ao imigrante, mas também, a todo o circuito de campos e relações sociais constituídos por nipo-brasileiros e não-nipo-brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- ENNES, Marcelo Alario. **A construção de uma identidade inacabada**: nipo-brasileiros no interior de São Paulo. São Paulo: Unesp, 2001.
- ENNES, Marcelo Alario. Relações interétnicas: Ambigüidades e inacabamento. **Perspectivas**, São Paulo, 26: 35-55, 2003.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LANG, Alice Betriz da Silva Gordo. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.
- LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Unesp, 2001.
- SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. *Mana*. vol. 5, n. 2, 61-88, 1999.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração no Brasil: comentário sobre a Contribuição das Ciências Sociais. **BIB**, São Paulo, n. 57, 1º semestre de 2004, p. 7 – 48.)
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73- 102)
- SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura da fronteira. In: _____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 135 – 157.